This document was translated from English by machine and may contain mistakes. The English original is at https://www.novaracg.com/2026/07/26/the-end-of-remediation-generative-ai-and-the-governance-transformation-of-accessibility/.

O Fim da Remediação: IA Generativa e a Transformação da Governança da Acessibilidade

Heather Grizzle · July 26, 2026

Descubra por que a IA generativa está transformando a acessibilidade de um desafio de correção para uma questão de governança da informação em instituições públicas.

Conteúdo

1. Duas Realidades Institucionais
2. A Assimetria Entre Produção e Supervisão
3. A Remediação como Sintoma
4. O Que o Atraso Não Muda
5. Mecanismos de Governação como Controlos de Acessibilidade
6. Uma Transição Mais Ampla

Durante quase três décadas, a acessibilidade digital foi entendida principalmente como um problema de remediação. As organizações criam informações, os profissionais de acessibilidade identificam barreiras e, posteriormente, documentos, sites, aplicações ou multimídia são modificados até satisfazerem os padrões legais e técnicos aplicáveis. Este modelo moldou a prática institucional porque refletia as realidades práticas da produção de informação. As entidades públicas geravam informação a um ritmo que permitia que a revisão de acessibilidade permanecesse como uma atividade a jusante. A conformidade dependia principalmente de as organizações dedicarem pessoal e recursos suficientes para corrigir defeitos de acessibilidade após a publicação.

A regra final provisória do Departamento de Justiça, de abril de 2026, sugere que este modelo administrativo está a começar a falhar. A maior parte da discussão em torno

da regra centrou-se na extensão dos prazos de conformidade do Título II estabelecidos no regulamento de acessibilidade web e móvel do Departamento de 2024. Essa atenção é compreensível. As instituições haviam organizado esforços de conformidade substanciais em torno do calendário de implementação original, tornando o adiamento uma preocupação operacional imediata. Menos atenção foi dada à explicação do Departamento para o atraso. Lida com atenção, essa explicação revela um problema de governação que ultrapassa largamente a própria conformidade em matéria de acessibilidade.

Duas Realidades Institucionais

Ao explicar a regra final provisória, o Departamento identifica duas realidades institucionais que, consideradas isoladamente, parecem relativamente pouco notáveis. As entidades públicas estão cada vez mais a adotar inteligência artificial generativa para produzir informação sujeita aos requisitos de acessibilidade do Título II. Ao mesmo tempo, as tecnologias de acessibilidade existentes e o pessoal disponível são insuficientes para corrigir de forma fiável conteúdos inacessíveis à escala institucional. Nenhuma das observações é particularmente controversa. Em conjunto, contudo, descrevem uma condição estrutural que altera fundamentalmente o ambiente administrativo em que a legislação de acessibilidade agora opera.

A Assimetria Entre Produção e Supervisão

O significado não reside na inteligência artificial em si, mas na assimetria que ela introduz entre a produção organizacional e a supervisão organizacional. Os sistemas generativos permitem às instituições produzir informação regulamentada à velocidade computacional. Relatórios, correspondência, materiais educativos, avisos públicos, conteúdos web, manuais de políticas, formulários, apresentações e meios visuais podem agora ser gerados em quantidades que anteriormente exigiriam semanas ou meses de esforço humano. Os sistemas administrativos responsáveis por avaliar a acessibilidade, no entanto, não passaram por uma transformação comparável. A revisão de acessibilidade continua a depender principalmente de pessoal qualificado, controlo de qualidade manual, software de remediação especializado, supervisão de aquisições e orçamentos institucionais finitos. A produção escala exponencialmente. A governação continua a escalar de forma incremental.

A produção escala ex-

Esta assimetria tem implicações importantes para a conformidade regulamentar. A acessibilidade tradicionalmente funcionou como um controlo a jusante porque o volume de informação a avaliar permanecia dentro dos limites práticos da revisão humana. As instituições podiam razoavelmente esperar que os especialistas em acessibilidade identificassem defeitos antes que a exposição legal se acumulasse para além de níveis geríveis. A inteligência artificial generativa perturba este pressuposto ao expandir a quantidade de informação regulamentada sem produzir um aumento correspondente na capacidade de revisão institucional. Os profissionais de acessibilidade ficam, assim, colocados na posição de responder continuamente a uma produção em expansão, em vez de governarem as condições em que essa produção ocorre.

> ponencialmente. A governação continua a escalar de forma incremental.

A Remediação como Sintoma

Vista sob esta perspetiva, a remediação começa a assemelhar-se a um sintoma e não a uma solução. A questão política central já não é saber se os documentos inacessíveis podem eventualmente ser corrigidos após a publicação. É antes saber se as organizações podem continuar a confiar na remediação pós-produção como a sua principal estratégia de conformidade, quando a criação de informação excede cada vez mais a capacidade dos programas de acessibilidade para a avaliar. Cada implementação adicional de sistemas generativos alarga a distância entre o ritmo a que a informação é produzida e o ritmo a que a garantia de acessibilidade pode razoavelmente ser realizada. A conformidade torna-se, assim, progressivamente reativa, concentrando a atenção institucional na correção de falhas de acessibilidade existentes, enquanto novos conteúdos continuam a acumular-se.

O Que o Atraso Não Muda

A regra final provisória do Departamento reconhece implicitamente esta dinâmica institucional sem abordar diretamente as suas implicações em matéria de governação. Estender os prazos de conformidade pode reduzir a pressão administrativa imediata, mas não altera os mecanismos através dos quais o risco de acessibilidade é criado. O adiamento da aplicação muda o calendário. Não muda a arquitetura da tomada de de-

cisões organizacional. As instituições continuam a adotar tecnologias que aumentam a produção de informação, deixando a governação de acessibilidade substancialmente inalterada. Consequentemente, o conteúdo inacessível continua a acumular-se, não porque as organizações desrespeitem intencionalmente as obrigações de acessibilidade, mas porque os sistemas administrativos responsáveis pela governação da acessibilidade permanecem calibrados para um ambiente de informação pré-generativo.

> **A DISTINÇÃO FUNDAMENTAL**
>
> A exposição regulamentar resultante deve ser entendida menos como uma questão de conformidade técnica do que como uma questão de governação da informação.

A exposição regulamentar resultante deve, portanto, ser entendida menos como uma questão de conformidade técnica do que como uma questão de governação da informação. As instituições são cada vez mais desafiadas não por defeitos de acessibilidade isolados, mas pela incapacidade das estruturas de governação existentes para gerir a velocidade, a escala e a complexidade da produção de informação assistida por IA. O modelo tradicional de conformidade presume que a acessibilidade pode ser inspecionada nos resultados organizacionais depois de estes serem criados. Esse pressuposto torna-se progressivamente menos defensável à medida que a produção acelera para além da capacidade prática da revisão a jusante.

Mecanismos de Governação como Controlos de Acessibilidade

Esta distinção tem implicações que ultrapassam largamente o atual processo regulamentar do Departamento. A governação da acessibilidade tem historicamente enfatizado normas, fluxos de trabalho de remediação, testes técnicos de conformidade e ações corretivas. Essas atividades continuam a ser necessárias, mas já não são suficientes. As organizações necessitam cada vez mais de mecanismos de governação capazes de influenciar a produção de informação antes de o conteúdo inacessível entrar nos sistemas institucionais. As decisões de aquisição, as políticas de governação de IA, os fluxos de aprovação, os requisitos de supervisão humana, as normas de documentação, os mecanismos de auditoria e as estruturas de responsabilização tornam-se controlos de acessibilidade centrais, em vez de considerações administrativas acessórias.

Uma Transição Mais Ampla

A explicação do Departamento aponta, assim, para uma transição mais ampla na administração da acessibilidade. O desafio institucional definidor não é simplesmente produzir informação acessível. É governar a produção de informação habilitada por IA antes que as falhas de acessibilidade se tornem incorporadas nas operações organizacionais. Nesse sentido, o futuro da conformidade em matéria de acessibilidade poderá depender menos de uma remediação mais rápida do que da substituição da remediação como o principal princípio organizador da governação da acessibilidade.

> **TIPS**
>
> Know something about a sign language AI system that the public should know? Send it to tips@novaracg.com. Every tip is read by me and kept confidential. If you work in the UK, writing to us is not by itself a protected disclosure under the Public Interest Disclosure Act 1998, so before you share employer information, check your options with Protect (protect-advice.org.uk), the free whistleblowing advice line.

Como citar

Grizzle, H. M. (2026, July 26). O Fim da Remediação: IA Generativa e a Transformação da Governança da Acessibilidade. Novara Consulting Group. https://doi.org/10.5281/zenodo.23003346